

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.763 - SP (2019/0156782-7)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : JAQUELINE SILVEIRA DA SILVA (PRESO)
AGRAVANTE : MONICA ELOISA DE LIMA OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO BORTOLUCCI BAGHIM - DEFENSOR PÚBLICO -
SP0258060
AGRAVANTE : ALEXANDRE CIRILO DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : DOUGLAS MOTTA DE SOUZA - SP322366
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CAUSA ESPECIAL DE REDUÇÃO DA PENA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **MÔNICA ELOISA DE LIMA OLIVEIRA** contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 637):

"TRÁFICO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - Materialidade e autoria demonstradas. Depoimentos dos policiais firmes, coesos e em consonância com as demais provas dos autos. Negativa isolada dos réus. Demonstração do tráfico e do vínculo associativo estável e perene, voltado à prática desse delito. Apreensão de significativa quantidade e variedade de drogas, além de interceptações telefônicas, balanças de precisão, celulares e petrechos - Participação de menor importância. Impossibilidade. Atuação eficaz na execução do tráfico - Condenação que se impõe.

PENAS e REGIME DE CUMPRIMENTO - Penas acima dos mínimos legais. Quantidade de drogas - Redução pela menoridade relativa de Alexandre e confissão espontânea quanto ao tráfico de Jaqueline - Negativa de aplicação do redutor do §

4º, do art. 33, da Lei de Drogas - Regime inicial fechado - Negativa da substituição do artigo 44 do CP - Apelo de Jaqueline desprovido, recurso ministerial provido para condenar todos os acusados nos crimes dos artigos 33, caput e 35, caput, da Lei de Drogas."

Nas razões do recurso especial (fls. 693/706), interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, a Defesa sustenta, além da ocorrência de divergência jurisprudencial, violação aos seguintes dispositivos legais:

a) artigos 59 e 68, ambos do Código Penal e 42 da Lei n. 11.343/06, por exasperação da pena-base acima do mínimo legal, considerando apenas a natureza e a variedade da droga apreendida, além de ignorar os aspectos positivos das circunstâncias judiciais.

Pondera, nesse recorte, que o Tribunal de origem "[n]ão considerou, por exemplo, a *"personalidade e a conduta social"* da recorrente, *funcionária pública e estudante de Direito, ignorando também a ausência de antecedentes, e a reduzida culpabilidade.*" (fl. 686).

b) artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06, ao deixar de aplicar a causa especial de diminuição de pena em razão de dedicação a atividades criminosas, bem como pela prática do delito de associação para o tráfico. No ponto, informa que: *"[...] no caso presente nota-se que o benefício legal foi retirado do recorrente com o frágil fundamento de que as circunstâncias dos autos indicariam habitualidade no exercício do comércio ilícito, o que não foi comprovado, não havendo nos autos indicativos sérios de que o recorrente se dedique a atividades criminosas, não bastando que isso seja presumido, mesmo diante da condenação por associação para o tráfico, que é crime autônomo, não guardando qualquer relação com a análise da pena cabível ao delito de tráfico"* (fl. 682).

Pretende, portanto, a aplicação da redutora na fração de 2/3 (dois terços) e a fixação do regime inicial semiaberto para o desconto da reprimenda.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 726/746), sobreveio juízo

negativo de admissibilidade fundado na incidência das **Súmulas 7 e 83, ambas do STJ, e 284 do STF**, além da **ausência de demonstração da divergência jurisprudencial**. (fls. 813/816).

Nas razões do agravo (fls. 889/894), postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, manifestou-se pelo **desproimento** do agravo em recurso especial (fls. 979/987).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece conhecimento.

Conforme relatado, o apelo nobre foi inadmitido pelo Tribunal **a quo** em razão da incidência das **Súmulas 7 e 83, ambas do STJ, e 284 do STF**, além da **ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial**.

No caso, o agravante deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a inaplicabilidade dos óbices apontados na decisão agravada.

Com efeito, das razões colacionadas na irresignação, verifico que a parte não refutou a aplicação da **Súmula 7/STJ** de maneira adequada, pois não trouxe cópias do aresto recorrido e das razões do recurso especial, de maneira a demonstrar a não incidência do referido verbete sumular, tampouco indicou precedentes em sentido contrário ao colacionado no **decisum agravado**.

Desse modo, a ausência de impugnação adequada dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre, nos termos do art. 932, inciso III do CPC, impede o conhecimento do agravo, cujo **único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica**

de cada um deles. Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

Ademais, a jurisprudência desta e. Corte Superior de Justiça é assente no sentido de que: *"O óbice contido na Súmula 83/STJ também se aplica ao recurso especial interposto com fulcro na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal."* (AgRg no AREsp n. 1.248.218/PR, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 06/12/2018).

Ora, não basta deduzir a inaplicabilidade do óbice sumular, devendo ser esclarecido o rechaço aos pontos estares da decisão de admissibilidade, como comprovar, por meio da indicação de precedentes atuais desta Corte Superior, a desarmonia do julgado ou da ausência de entendimento pacificado sobre a matéria, por exemplo, evidenciando, assim, a inaplicabilidade do embargo indicado pelo Tribunal **a quo**, o que não ocorreu.

Assim, *"esta Corte firmou o entendimento de que, "quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida"* (AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016), o que não ocorreu no caso destes autos" (AgRg no AREsp n. 637.462/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 1º/8/2017).

Ainda, no que diz respeito à **impugnação da aplicação do óbice da Súmula 83/STJ**:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ QUANTO À VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

1. Não se conhece de agravo em recurso especial (art. 544 do CPC) que não impugna especificamente os fundamentos da decisão de admissibilidade.

2. A inadmissão do recurso especial com base na Súmula n. 83/STJ impõe ao agravante indicar precedentes contemporâneos, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial do STJ.

[...]

4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 740.816/SC, Primeira Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 23/10/2015, grifei).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação dos fundamentos da decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator